

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio-ambiental, em 2013 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental, apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

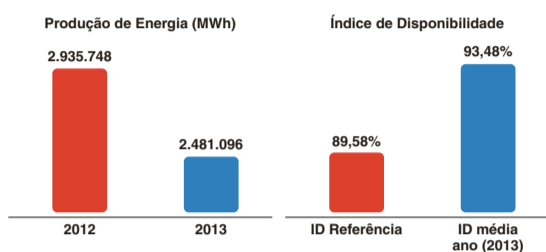
Na procura contínua da excelência, a Enerpeixe no ano de 2013 foi recertificada no seu processo de operação e manutenção da ISO NBR 14001 na valorização do seu contingente de colaboradores, da OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações nas UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos), INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção, com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe S.A. registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários, prestadores de serviços, clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Enerpeixe S.A. opera e mantém a UHE Peixe Angical, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2013, a geração de energia alcançou 2.481.096 MWh, ficando 1% acima da energia assegurada anual de 2.457.180 MWh.

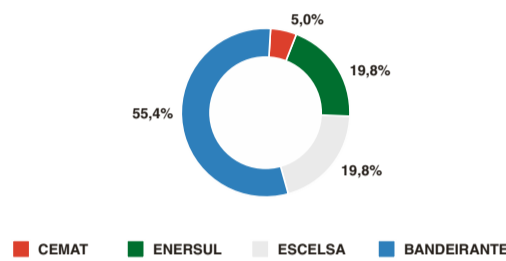
Apesar da geração ser menor que no ano anterior, a Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 93,48%, bem acima do Índice de Disponibilidade (ID) de referência da ONS, que é 89,58%.



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

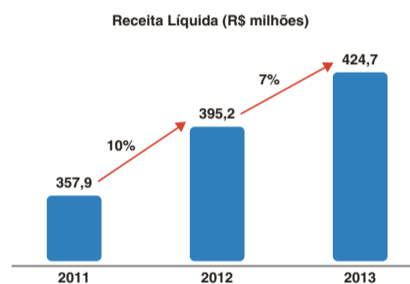
2.1. Receita Operacional Líquida

Composição da Receita (Suprimento de Energia Elétrica)



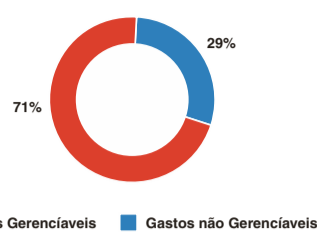
No acumulado do ano, a receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 424,7 milhões e apresentou aumento de 7%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida no ano foram:

- Aumento de R\$ 5,9 milhões na venda de Energia de Curto Prazo. A sobra de energia gerada foi negociada no Curto Prazo a um preço de liquidação das diferenças (PLD) em média 58% acima da média do exercício anterior, em 2013 a média do PLD foi de R\$ 262,54/MW comparado a R\$ 166,64/MW que foi a média do PLD de 2012.

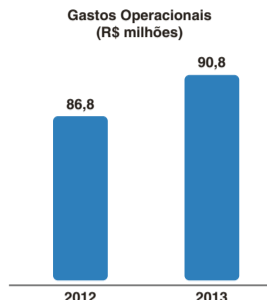


2.2. Gastos Operacionais (não inclui depreciação e amortização)

Composição dos Gastos Operacionais



Os gastos operacionais, desconsiderando depreciações e amortizações, totalizaram R\$ 90,8 milhões em 2013, que representa um aumento de 5% sobre o mesmo período do ano anterior.



2.2.1. Gastos Não Gerenciáveis

Os gastos não gerenciáveis estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL que, em conjunto, somaram R\$ 64,7 milhões, com incremento de 2% em 2013 em relação ao ano anterior.

Gastos não Gerenciáveis (R\$ milhões)	2012	2013	Var.	Var. (%)
Comp. Financ. Utilização Rec. Hídricos - CFURH	14,4	12,6	-1,8	-12%
Taxa de Fiscalização - TF	1,0	1,0	0,0	-1%
Energia Elétrica comprada para a revenda	15,6	21,4	5,8	37%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	32,7	29,6	-3,0	-9%
Total	63,7	64,7	1,0	2%

- A energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$ 21,4 milhões, representando um acréscimo de 37% em relação ao ano anterior.

- Os encargos de uso da Rede Elétrica apresentaram uma redução de 9% no ano de 2013 quando comparado a 2012. Essa variação é decorrente de uma redução do volume de energia elétrica gerada em 2013.

- A compensação financeira teve um decréscimo de 12% em 2013 em razão da redução da geração.

2.2.2. Gastos Gerenciáveis

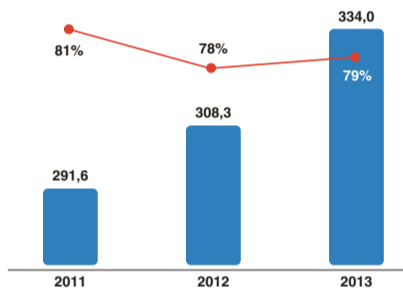
Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 26,1 milhões, com aumento de 13% em 2013 frente a 2012, enquanto a inflação acumulada ficou em 5,91% (IPCA) e 5,51% (IGP-M). Estes gastos estão relacionados às despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, provisões e outros.

Gastos Gerenciáveis (R\$ milhões)	2012	2013	Var.	Var. (%)
Pessoal	7,9	9,5	1,6	21%
Material	1,6	1,7	0,1	9%
Serviços	11,2	13,0	1,8	16%
Outros/Contingências/PDD	2,3	1,8	-0,5	-21%
Total	23,0	26,0	3,0	13%

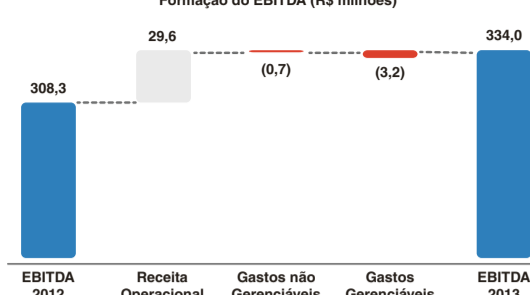
2.3. EBITDA

Em 2013, o EBITDA atingiu R\$ 334 milhões, um aumento de 8% frente ao ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento da Receita Operacional Líquida.

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



Formação do EBITDA (R\$ milhões)



2.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2013 sofreu um decréscimo, totalizando R\$ 41,4 milhões, 20% inferior frente a 2012, composto por:

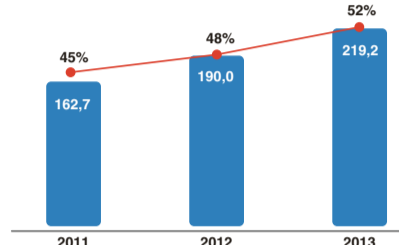
- Receita Financeira em 2013 R\$ 12,2 milhões, 25% abaixo em relação a 2012;
- Despesa Financeira em 2013 R\$ 53,6 milhões, 22% abaixo em relação a 2012.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2013	Var.	Var. (%)
Receita Financeira	16,3	12,2	-4,1	-25%
• Rendas	15,8	12,0	-3,8	-24%
• Outras Receitas	0,6	0,2	-0,3	-59%
Despesas Financeiras	-68,2	-53,6	14,7	-22%
• Encargos de dívidas	-40,9	-27,2	13,7	-33%
• Atualização Monetária UBP	-27,0	-24,3	2,7	-10%
• Ajustes a Valor Presente	0,4	-1,8	2,3	n.a.
• Outras Despesas Financeiras	-0,9	-0,3	0,6	-66%
Total	-51,9	-41,4	10,5	-20%

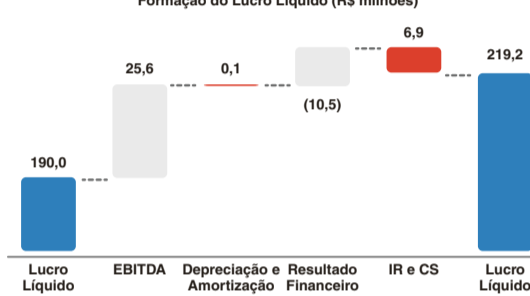
2.5. Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício de 2013 totalizou R\$ 219,2 milhões, 15% superior ao exercício de 2012. Além dos efeitos demonstrados no EBITDA, o lucro também foi impactado pelos efeitos do Resultado Financeiro e pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CS).

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



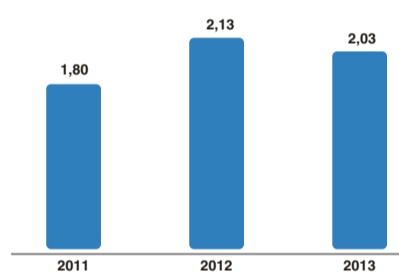
Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)



2.6. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, em 2013 atingiu 2,03 frente a 2,13 em 2012. O BNDES e os demais agentes financeiros solicitam que o ICSD para o financiamento estruturado sob a forma de *Project Finance* deve ser no mínimo de 1,3.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida



BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

ENERPEIXE

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Milhares de reais)			2012 Valor (Milhares de reais)		
Receita líquida (RL)	424.737			395.166		
Resultado operacional (RO)	472.710			439.799		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.880			7.886		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	560	5,67%	0,13%	493	6,25%	0,12%
Encargos sociais compulsórios	2.025	20,50%	0,48%	1.552	19,68%	0,39%
Previdência privada	294	2,98%	0,07%	270	3,42%	0,07%
Saúde	492	4,98%	0,12%	357	4,53%	0,09%
Segurança e saúde no trabalho	65	0,66%	0,02%	61	0,77%	0,02%
Educação	26	0,26%	0,01%	11	0,14%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	163	1,65%	0,04%	110	1,39%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	10	0,10%	0,00%	7	0,09%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	404	4,09%	0,10%	686	8,70%	0,17%
Outros	161	1,63%	0,04%	161	2,04%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	4.200	42,52%	1,01%	3.708	47,01%	0,93%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	42	0,01%	0,01%	5	0,00%	0,00%
Cultura	124	0,03%	0,03%	93	0,02%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	72	0,02%	0,02%	45	0,01%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	238	0,06%	0,06%	143	0,03%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	75	0,02%	0,02%	55	0,01%	0,01%
Total - Indicadores sociais externos	313	0,08%	0,08%	198	0,04%	0,04%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.803	0,38%	0,42%	2.879	0,65%	0,73%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.803	0,38%	0,42%	2.879	0,65%	0,73%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2013	2012
Nº de empregados(as) ao final do período	58	60
Nº de admissões durante o período	10	35
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	20	20
Nº de estagiários(as)	2	3
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	11	12
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13	12
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2013	Metas 2014
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6	6
Número total de acidentes de trabalho	0	0

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação dos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

7 - Outras Informações

A Enerpeixe não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. A Enerpeixe valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. Informações não auditadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2013	2012
Receitas	21	424.737	395.166
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(21.436)	(15.601)
Encargos de uso da rede elétrica	22	(29.640)	(32.675)
		(51.076)	(48.276)
Custo de operação			
Pessoal		(5.600)	(3.954)
Materiais e serviços de terceiros		(10.852)	(9.178)
Depreciações e amortizações		(49.353)	(49.238)
Outros custos de operação		(1.304)	(1.281)
	22	(67.309)	(63.651)
		(118.385)	(111.927)
Lucro bruto		306.352	283.239
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(152)	(152)
Despesas gerais e administrativas		(8.439)	(8.439)
Depreciações e amortizações		(45)	(97)
Outras despesas e receitas operacionais	22	(13.300)	(15.568)
		(21.784)	(24.256)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		284.568	258.983
Receitas financeiras		12.195	16.343
Despesas financeiras		(53.551)	(68.237)
Resultado financeiro	23	(41.356)	(51.894)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		243.212	207.089
Imposto de renda e contribuição social correntes		(65.372)	(50.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.695	5.178
(-) Incentivo ADA/ADENE		36.683	27.798
		(23.994)	(17.112)
Resultado líquido do período		219.218	189.977
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$		263,09	228,02

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrada nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	882.628	18.546	412.078	-	1.313.252
Dividendo extraordinário - AGE de 08/10/2012			(120.000)		(120.000)
Lucro líquido do exercício				189.977	189.977
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			9.499	(9.499)	-
Reserva de retenção de lucros			78.579	(78.579)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.799	(27.799)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(74.100)	(74.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	882.628	18.546	407.955	-	1.309.129
Dividendo extraordinário - AGE de 19/11/2013			(150.000)		(150.000)
Lucro líquido do exercício				219.218	219.218
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			10.961	(10.961)	-
Reserva de retenção de lucros			106.674	(106.674)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			36.683	(36.683)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(64.900)	(64.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	882.628	18.546	412.273	-	1.313.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	2013	2012			
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	243.212	207.089			
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		152			
Depreciações e amortizações	51.562	51.497			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	25	186			
Despesas pagas antecipadamente	781	774			
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	27.100	40.790			
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	26.087	26.558			
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências	(458)				
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1	(32)			
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	18.110	19.451			
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2.428)	(3.694)			
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(210)	(404)			
	363.782	342.367			
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias	(8.905)	34			
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.178)	(3.489)			
Estoques	126	45			
Cauções e depósitos vinculados	17.530	(4.848)			
Despesas pagas antecipadamente	(427)	(744)			
Outros ativos operacionais	(333)	(745)			
	5.813	(9.747)			
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores	(13.821)	16.728			
Outros tributos e contribuições sociais	(10.051)	(678)			
Obrigações estimadas com pessoal	249	410			
Encargos regulamentares e setoriais	(19.545)	(18.732)			
Provisões	(208)	(874)			
Uso do bem público	(17.037)	(15.846)			
Outros passivos operacionais	73	21			
	(60.340)	(18.971)			
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	309.255	313.649			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.945)	(19.332)			
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	290.310	294.317			
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao Imobilizado e Intangível	(6.704)	(3.462)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(6.704)	(3.462)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas	(637)				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(212.985)	(172.000)			
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(113.853)	(113.854)			
Pagamento de Encargos de dívidas	(27.567)	(41.492)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(355.042)	(327.346)			
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(71.436)	(36.491)			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	47.187	118.623			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	118.623	155.114			
	(71.436)	(36.491)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. (“Companhia” ou “Enerpeixe”), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angular, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001. A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda, em julho e a terceira, em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011. A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no ambiente de contratação regulada (ACR) assim como no ambiente de contratação livre (ACL).

1.1 Contrato de Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2014, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para utilização do item estocável.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

f) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

• Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Licenças Ambientais (Notas 11 e 17)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade do setor elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já no processo de renovação das licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica, de encargos de uso da rede elétrica e negociação de compra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões (Nota 17)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	2013	2012			
Geração do valor adicionado	479.414	443.109			
Receita operacional	472.710	439.799			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(152)			
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.704	3.462			
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(80.698)	(72.139)			
Custos da energia comprada	(23.621)	(17.191)			
Encargos de uso da rede elétrica	(32.661)	(35.962)			
Materiais	(5.062)	(2.273)			
Serviços de terceiros	(16.364)	(13.047)			
Outros custos operacionais	(2.990)	(3.666)			
Valor adicionado bruto	398.716	370.970			
Retenções					
Depreciações e amortizações	(51.546)	(51.497)			
Valor adicionado líquido produzido	347.170	319.473			
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	12.195	16.343			
Valor adicionado total a distribuir	359.365	335.816			
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	8.005	7.435			
Remuneração direta	6.203	6.029			
Benefícios	1.291	1.086			
F.G.T.S.	511	320			
Impostos, taxas e contribuições	78.133	69.772			
Federais	78.067	69.714			
Estaduais	27	34			
Municipais	39	24			
Remuneração de capitais de terceiros	54.009	68.632			
Juros	53.551	68.237			
Aluguéis	458	395			
Remuneração de capital próprio	64.900	74.100			
Juros sobre capital próprio	64.900	74.100			
	205.047	219.939			
Lucros retidos	154.318	115.877			
	359.365	335.816			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 24)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na Lei nº 11.941/09.

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui plano de benefícios a empregados do tipo Contribuição definida. A informação dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Uso do Bem Público (Nota 15)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

q) Capital social (Nota 19.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos (Nota 20)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

t) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O fatramento dos contratos de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre créditos fiscais recuperáveis e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

v) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2.1 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(v) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.2.2 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similiares as contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

25.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Ativos financeiros							
Aplicações Financeiras	CDI	416	625	978	1.935	1.001	2.027
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.598	2.972	2.802	5.540	2.870	5.812
Instrumentos financeiros ativos		2.014	3.597	3.780	7.475	3.871	7.839
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP		(3.087)	(6.140)	(3.121)	(6.276)	
Instrumentos financeiros passivos			(3.087)	(6.140)	(3.121)	(6.276)	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,00% e 16,28% e TJLP entre 5,00% e 7,50%.

25.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrdos nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 9). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo circulante e Passivo circulante, foi negativo em R\$ 125.467 em

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	José Cherem Pinto Conselheiro
--	---	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Césare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Fábio Dias Bonvini Especialista Administrativo e Financeiro Contador - CRC 1SP253005/O-8
--	--	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Enerpeixe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras1 da Enerpeixe S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

31 de dezembro de 2013 (R\$ 68.551 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

25.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

	31/12/2013				
Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Responsabilidades com locações operacionais	1.979	803	981	195	-

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

	31/12/2013		31/12/2012	
Tipo de garantia oferecida	Valor	Valor	Valor	Valor
Depósito Cauconado	38.656	53.758		
Fiança Bancária	5.295	6.241		
Fiança Corporativa	238.093	352.414		
Penhor de Ações	529.577	529.577		
Penhor de Direitos	238.093	352.414		
	1.049.714	1.294.404		

Depósito Cauconado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

O saldo do Depósito cauconado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação de imóvel e contratos da ONS.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A.

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2013
Subestações	141.369
Usinas	779.706
Responsabilidade civil	10.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 1.804, sendo R\$ 649 relativos à terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$ 1.155 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	José Cherem Pinto Conselheiro
--	---	---	---	---

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Césare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Fábio Dias Bonvini Especialista Administrativo e Financeiro Contador - CRC 1SP253005/O-8
--	--	---	---

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	José Cherem Pinto Conselheiro
--	---	---	---	---

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Césare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Fábio Dias Bonvini Especialista Administrativo e Financeiro Contador - CRC 1SP253005/O-8
--	--	---	---

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	José Cherem Pinto Conselheiro
--	---	---	---	---

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Césare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Fábio Dias Bonvini Especialista Administrativo e Financeiro Contador - CRC 1SP253005/O-8
--	--	---	---

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	José Cherem Pinto Conselheiro
--	---	---	---	---

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado


Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguaração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

	São Paulo, 26 de fevereiro de 2014
	

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Valdir Renato Coscodai Contador CRC 1SP165875/O-6
---	---